

Emenda da Constituinte será alterada

Brasília — As lideranças do PMDB estão articulando a apresentação de um substitutivo à emenda Sarney, que convoca a Constituinte, propondo referendo popular para a participação dos senadores eleitos em 82 na Assembleia que vai elaborar a nova Constituição e a possibilidade da eleição de candidatos avulsos, sem vínculo partidário. O presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, admitiu que foi sondado sobre o assunto e que deverá discuti-lo com as lideranças dos demais partidos no Congresso, para posterior apresentação ao relator da emenda, Deputado Flávio Bierrenbach (PMDB-SP).

Segundo a proposta em discussão, será permitido o lançamento de um máximo de 100 candidaturas avulsas, em todo o país, proporcionalmente divididas pelo eleitorado de cada Estado. Os candidatos eleitos por este sistema teriam seus mandatos automaticamente extintos após os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte.

A primeira reunião da Comissão Mista do Congresso para a emenda Sarney transcorreu ontem em ambiente tumultuado. Em vez da aprovação do roteiro de trabalho, seus integrantes discutiram se deveriam ou não aceitar emendas apresentadas com irregularidades. Ao final, por decisão do Senador Helvídio Nunes (PDS-PI), presidente da Comissão, seis subemendas que foram apresentadas sem o número mínimo de assinaturas receberão nova chance. Seus autores terão prazo de 24 horas — a contar das 18h de ontem — para recorrer do indeferimento e completar as assinaturas.

Seis subemendas continuam assinaturas duplas de vários candidatos. O Deputado Airton Soares (PMDB-SP) explicou que o fato não constitui fraude, mas descuido. A fraude, segundo o parlamentar paulista, é impossível porque todas as assinaturas de emendas são conferidas com as assinaturas originais dos deputados, o que permite a exclusão das repetidas.

Faoro diz que comissão é início de uma farsa

— A Constituinte de 1987 está caminhando para ser uma grande farsa. Será mais uma encenação, de efeitos poucos duráveis — prevê o jurista Raymundo Faoro, que critica a comissão pré-constitucional e a convocação de um Congresso-Constuinte.

A Constituinte, para Faoro, deveria ser autônoma, paralela ao Congresso ordinário, sem condicionamentos de nenhuma natureza, sobretudo de uma comissão prévia “de doutos”. Por trás da comissão, há, segundo o jurista, a velha tentativa do Executivo de influir em uma Constituinte, “partindo-se do princípio de que o povo é um perigo, um vulcão adormecido”.

Repertório antigo

A comissão presidida pelo professor Afonso Arinos e o Congresso-Constuinte fazem parte, na opinião de Faoro, do “surrado repertório político das elites brasileiras”, que adotam a mesma estratégia de exclusão do povo nas decisões, desde o Império, passando pela República.

Nessa longa história sempre houve até as brigas de bastidores entre os detentores do poder, “agora repetida, com o ciúme entre o Ministro da Justiça, Fernando Lyra, e o presidente da comissão pré-constitucional.”

— Para mim — compara Raymundo Faoro — é uma briga entre Paracatu (município de Minas Gerais, terra de Arinos) e Caruaru (terra de Lyra).

Faoro é cético quanto aos resultados do Congresso-Constuinte de 87, porque considera a comissão prévia o maior sinal de que o Executivo fará o possível para garantir os poderes constituídos, mesmo as aberrações, como o atual Artigo 91 da Constituição, que outorga às Forças Armadas o poder de última instância nacional, nos casos de graves impasses.

— Ora — diz Faoro — para ser realmente democrática, a Constituição deveria prever como última instância o povo, através do voto.

Para Faoro, a comissão pré-constituinte, mesmo com “a evasiva” de que se destinará a estudos, representa uma interferência do Poder Executivo, pois ela “nega a titularidade do povo no poder constituinte”.

Integrantes já têm sugestões

São Paulo — O parlamentarismo como sistema político ideal para o país, o estabelecimento de um “salário mínimo real”, e a criação de um Conselho Nacional de Economia com a participação dos trabalhadores são algumas das sugestões de três dos sete paulistas que integrarão a Comissão de Estudos Constitucionais: Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho, Walter Barelli e Miguel Reale Jr.

O presidente da FIESP, Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho, defenderá o parlamentarismo e a livre iniciativa; Walter Barelli, diretor do DIEESE, quer que a nova Constituição garanta emprego para todos os brasileiros e propõe a adoção de um “salário

mínimo real” — em torno de Cr\$ 1 milhão hoje; o jurista Miguel Reale Jr. defende a criação de um Conselho nacional de Economia com poderes mais amplos do que o atual Conselho Monetário Nacional e com a participação dos trabalhadores.

O jurista pernambucano Luís Pinto Ferreira e o ex-Senador Josaphat Marinho também integrantes da Comissão, defenderam no Recife o lançamento de candidaturas avulsas à Assembleia Nacional Constituinte. Reconheceram, porém, que há dificuldades para a eleição de pessoas não vinculadas aos partidos políticos.

ANC 88
Pasta 08/85
089/1985

A prova disso, lembra o ex-presidente da OAB, é que o chefe do SNI, general Ivan de Souza Mendes, afirmou recentemente que a Constituinte de 87 foi convocada para “coroar a Revolução de 64”.

— Ele foi quem mais entendeu o sentido da coisa. Ou pelo menos foi o mais sincero — diz Faoro, que historia todas as Constituições — vigente e anteriores — para provar que o Executivo sempre procurou interferir nas Constituintes, usando sempre como melhor arma as “comissões de doutos”.

— É uma manobra que se fez sempre, para que o poder político mantenha a sua continuidade, desde o Império. Em sua essência, a ordem social e econômica do país nunca foi alterada. E não acredito que seja agora — observa Faoro. — Veja como se parece o atual Governo com o anterior. Há uma diferença apenas de grau. Mas até algumas figuras são as mesmas, Aureliano, Maciel, Antônio Carlos... No conjunto, o Governo atual é mais competente. Mas a estrutura social não foi mexida.